

O Império Zimbabwe-Monomutapa

Breve caracterização de uma sociedade tributária africana

JOSÉ A. ORTA (*)

INTERESSE DO PROBLEMA

1. *Interesse teórico*

Com o fim de dominar as populações autoctones, o colonialismo destruiu a sua organização e reprodução materiais dessas sociedades, assim como as representações simbólicas que os homens construíram, quer sobre a natureza quer sobre a sociedade.

Entre estas sociedades fazemos ressaltar, em particular, a importância dos Reinos e dos Impérios Africanos que opuseram uma resistência notável à ocupação estrangeira.

Contudo, a quase totalidade destas sociedades desaparecem sob a influência do colonialismo e com a construção dos Estados modernos da África de hoje, onde os seus povos se integram; os poucos que subsistem, conversam bastante pouco das suas estruturas tradicionais.

Até aqui, as ciências da sociedade, e em particular a Antropologia, têm considerado estas sociedades como primitivas, mas a Antropologia moderna mostra-nos que estamos em presença de sociedades organizadas por uma estrutura centralizada, com um chefe supremo (ou por vezes dois — um re-

ligioso e outro político), o Rei ou o Imperador onde os interesses dos seus membros já não são indiferenciados, mas se transformam em opostos e antagónicos. É claro que, perante tais sistemas sociais, podemos afirmar que estamos em presença de sociedades com Estado.

Várias investigações históricas, económicas e antropológicas tem sido feitas, nomeadamente sobre as religiões africanas, mas existem poucas tentativas de estudos globais sobre estas sociedades, que designamos por *Tributárias*⁽¹⁾. Tentamos aqui caracterizar brevemente uma sociedade tributária africana, o Império Zimbabwe-Monomutapa, por nos parecer tratar-se de um caso exemplar.

Uma caracterização global não pode deixar de encarar as diferentes interacções entre o processo de produção (no interior do qual os homens estabelecem relações de produção determinadas, entre eles próprios

(1) Nos estudos de Marx e de autores contemporâneos, estas sociedades enquadram-se na expressão «Modo de Produção Asiático». Contudo nós preferimos a designação de «Sociedades Tributárias», não só porque este tipo de sociedade se estende a África e à América Pré-Colombiana, com o adjectivo asiático restringe o conceito a uma área geográfica.

(*) Assistente do ISPA.

por um lado, e entre eles e a natureza, por outro), a organização colectiva da sociedade e, em particular as representações simbólicas que os homens constroem sobre as suas múltiplas relações e sobre as relações entre eles próprios e a natureza; representações simbólicas que vão desde os simples epifenómenos do quotidiano até à religião.

Parece-nos importante sublinhar o fenómeno religioso e suas funções: em que medida intervêm na explicação e na legitimação das relações sociais de produção (o mesmo é dizer, na repartição da propriedade) e, em particular, a partir do momento em que a representação, que os homens constroem sobre as suas trocas materiais e simbólicas, já não é tida como igualitária⁽²⁾, ou então quando estas trocas envolvem bens religiosos indispensáveis à reprodução do grupo.

Esta questão parece-nos importante porque, em geral, no interior das sociedades tributárias, como por exemplo as Asiáticas, a leitura das relações sociais fundamentais já não se faz por intermédio da religião. Contudo na Sociedade Monomutapa o fenómeno religioso parece ainda desempenhar uma função importante na explicação/legitimação das assimetrias sociais. Por outro lado os estudos realizados sobre as sociedades ditas «asiáticas» não se têm preocupado, em geral, em integrar as representações simbólicas e a religião no conjunto do sistema social. É por isso que faremos uma breve referência à sua função social no Império Monomutapa.

Estamos convencidos que este problema tem ainda uma importância prática, visto que os próprios Africanos tentam hoje reencontrar as suas raízes históricas desintegradas pelo colonialismo e ainda compreender, em que medida, a existência de tais socie-

dades pode vir a explicar certos traços da África contemporânea libertada do colonialismo.

2. Interesses em função de África

Como atrás sublinhámos, a África, antes da chegada dos Europeus não se encontrava num estágio de desenvolvimento, geralmente designado de primitivo. Precisamente ao contrário, antes do século XIV, a África já conhecia a existência de sociedades organizadas com estruturas estatais centralizadas, dum extremo ao outro do continente. Foram os casos do *Reino guerreiro Ashanti*, do *Império Mossi*, do *Reino do Daomé* e do *Império Songai* na África Ocidental; foram os casos do *Reino do Luango*, do *Kongo* e do *Ndongo* (Angola) e do *Império do Monomutapa* na África Congoleza e Austral; foram os casos dos *Reinos do Rwanda*, *Urundi* e do *Ganda* na África Oriental, e de muitos outros que não mencionamos aqui.

A existência destes reinos e impérios coloca vários problemas às *Ciências da Sociedade*. Estamos em presença de sociedades em que a divisão social do trabalho já se encontra fortemente desenvolvida, de tal forma que aí surge a existência de *dois grandes grupos de actores sociais*: o que trabalha na produção directa dos meios de subsistência e o que se dedica às tarefas de prestígio, políticas e simbólicas, etc., e que vive do subproduto do trabalho do primeiro.

Um problema importante aqui se levanta: o de saber quais as circunstâncias que produziram a emergência destas sociedades em África.

A existência dum sobreproduto, que se encontra sempre associado a estas sociedades conduz-nos a procurar prioritariamente aquela explicação no desenvolvimento das forças produtivas. Só um aumento de produção pode explicar a existência de um

(²) Que é o que acontece nas sociedades de caçadores-recolectores e nas sociedades segmentárias — linhageiras.

grupo de actores sociais que se pôde separar definitivamente da produção directa dos bens de subsistência e apropriar-se do excedente da produção. Na realidade, o surgimento destas sociedades está sempre associado ao desenvolvimento da produção de instrumentos de metal, o que permite, nomeadamente, o aumento da produção agrícola. Este excedente não só permite a emergência dum grupo social privilegiado, mas engendra ainda de forma mais generalizada o comércio com o exterior.

Este comércio generalizado com o exterior vem gerar problemas das sociedades nos no desenvolvimento das sociedades. Muitas vezes sentem-se atraídas por certas mercadorias estrangeiras (e tal é o caso do Monomutapa) e para obtê-las especializam-se na produção de um ou vários produtos de forma a gerar um excedente capaz de ser trocado, o que, por sua vez coloca o problema de dependência face ao exterior. Outras sociedades ainda, são coagidas, pela força, a produzir tal ou tal mercadoria ou a utilizar certas técnicas estrangeiras no processo de produção. Estas relações com o exterior são factores que podem influenciar, e normalmente influenciam, o desenvolvimento e as transformações internas de uma sociedade.

Constatamos que as sociedades situadas na confluência dos grandes eixos comerciais se desenvolveram mais rapidamente que outras situadas fora deles. Exemplificam o que acabamos de afirmar, os Reinos e os Impérios da África Ocidental e do Sudão localizados ao longo das grandes vias comerciais dos Árabes.

Encontrar as explicações da génese do desenvolvimento e da desagregação destas sociedades, é uma tarefa importante para a sociologia, para a História e para a Antropologia Africana actuais. É neste contexto que situamos as breves referências que a seguir vamos fazer sobre o Império Zimbabwé-Monomutapa.

1. A SOCIEDADE TRIBUTÁRIA MONOMUTAPA (de 1430 a 1500)

a) *A Formação do Império Tributário*

A origem desta civilização está associada às grandes construções de pedra desta região, conhecidas pela designação de ZIMBABWÉ (casas de pedra) que datam dos séculos VI e VII segundo o método do carbono 14.

Contudo, a ausência de documentos escritos impede-nos de recuar no tempo e de reconstituir com rigor a história sociológica desta região na época citada.

Provavelmente os povos que aqui viviam já conheciam os processos de extracção do ferro e o trabalho agrícola por ele permitido, e já produziam, por isso, um excedente; são os dados da arqueologia, constatando uma concentração urbana considerável que nos permitem esta conclusão. Esta concentração só se pode explicar pela existência do comércio e este só é possível a partir dum excedente capaz de ser trocado. Os dados confirmados que possuímos reportam-nos aos finais do século XIII/princípios do século XIV.

Foi uma tribo Banto, os Makaranga, pertencendo à etnia Xona que, depois de ter atravessado o rio Zambéze, se veio fixar no planalto central do actual Zimbabwé — o planalto situado entre o Zambéze (ao norte) e o Limpopo (ao sul); os Makaranga espalharam-se também para Oeste e Nordeste do Zambéze.

Nesta região viviam já outras tribos organizadas aqui e acolá em pequenos reinos que praticavam a extracção do ouro; estes povos locais deixaram assimilar-se ao invasor Makaranga.

Por volta de 1320 os Makaranga fundaram o seu primeiro reino e apelidaram o rei de Mwene Mutapa, isto é, senhor das minas ou, segundo outros autores, senhor da pilhagem, donde derivou o nome do Império.

b) Organização e Funções da Comunidade Aldeã, primeiro termo das relações sociais de base

A existência material da sociedade Monomutapa baseava-se sobre o trabalho nas minas, na agricultura e na pastorícia. Assinalamos a importância da comunidade aldeã na produção de bens de existência, já que toda a produção se fazia dentro das suas estruturas.

O trabalho agrícola era ainda bastante tradicional se bem que já fossem utilizados utensílios de ferro, tal como a enxada. Três cereais se cultivavam essencialmente: a eleusine, o milho paínço e o sorgo. A estes acrescentava-se ainda o arroz, cultivado apenas perto do mar. As culturas eram itinerantes e feitas sobre queimadas.

Quanto à criação de gado conhecemos a existência, no século XVI, de vacas, de cabras, de carneiros e de galinhas.

Em certas regiões os bovinos, eram utilizados como animais de carga e de transporte, nomeadamente pelos Xangamires Rozwi e pelos Butua, questão importante para facilitar, em particular, o transporte de mercadorias.

O trabalho dos metais era considerado como tarefa de prestígio e era realizado apenas por algumas famílias especializadas. Era a actividade fundamental da economia do Império. Extraía-se ouro, estanho e cobre; faziam-se ligas juntando o cobre com o estanho ou com o chumbo; estes metais depois eram trocados por mercadorias estrangeiras trazidas pelos árabes e mais tarde pelos portugueses.

Em certas regiões como em Manica-Norte a extracção do ouro era feita durante todo o ano. Contudo na região central do Monomutapa, a extracção fazia-se sobretudo nos meses de Agosto, Setembro e Outubro.

As aldeias organizavam internamente, de forma colectiva, a produção: as famílias repartiam-se por aldeias sob a direcção do

seu chefe, nas zonas escolhidas para a extracção do ouro. A melhor qualidade era a do ouro dos rios, que se encontrava nas regiões de Ongó, Macanca e Mocray.

Os povos do Monomutapa possuíam uma técnica muito avançada na prospecção dos metais, e uma indústria de transformação muito desenvolvida. Estes metais, e o ouro em particular, eram trocados através do comércio com os árabes (até ao começo do século XVI), por algodão, seda, missangas, pérolas pequenas, porcelana, drogas medicinais, perfumes, etc.... Não era contudo, a comunidade alemã que realizava estas trocas mas uma castra especializada — os comerciantes — muitas vezes funcionários de um Rei vassalo ou do Monomutapa, que se deslocavam até aos lugares costeiros onde se encontravam os árabes: Mogadíscio, Melinde, Mombaça, Kilova, Moçambique (cidade), Angoxe e Sofala. Estas cidades pertenciam a um reino fundado na costa pelos árabes, cuja capital era Mogadíscio. O ouro do Império saía sobretudo por Sofala; a partir daqui circulava para as outras cidades do reino árabe.

Parece que este trabalho nas minas tinha como finalidade a troca, visto que o ouro era canalizado essencialmente para a exportação a fim de obter, principalmente, bens de prestígio.

A divisão social do trabalho entre os clãs aparece à medida em que se desenvolvem as forças produtivas. Certos clãs especializam-se no trabalho dos metais, enquanto que outros continuam a trabalhar sobretudo na agricultura e na criação de gado e são por isso obrigados a produzir um excedente que possa alimentar os primeiros. Por vezes esta especialização ultrapassa o quadro da comunidade aldeã: certas tribos, dedicando-se apenas ao trabalho dos metais, viam-se obrigados a importar todos os produtos alimentares; é exemplo disso a tribo Amçoce, da região de Manica.

Pensamos que ao especializarem-se no trabalho dos metais e tendo por isso maior

acesso aos bens de prestígio, estes clãs e tribos tornam-se cada vez mais ricos; são eles que vão criar a estrutura política do Império Monomotapa.

A vida da tribo, no início, apresenta formas colectivas de organização. O desenvolvimento das forças produtivas leva ao aparecimento do Estado e este por sua vez desenvolve a divisão social do trabalho. Agora a vida é colectiva apenas no interior da comunidade aldeã e não ao nível da tribo; é o Estado que intervém na distribuição das terras, que controla a exploração das minas e que impõe a divisão social do trabalho.

A comunidade aldeã não é proprietária da terra e das minas, que são propriedade dos antepassados. Desta forma a propriedade aparece como colectiva e por essa razão os aldeões têm sobre ela o direito de uso.

Mas o representante vivo dos antepassados é o rei, a quem a comunidade aldeã paga um tributo contra a troca de serviços prestados por aquele, nomeadamente a organização da vida tribal. Este tributo é pago ao rei local; uma parte é depois canalizada para o Mwene Mutapa.

c) *O Estado — A Realeza, segundo termo das relações sociais de base*

A organização do Império era de base tribal. A tribo encontrava-se dividida em distritos ou províncias e estas em aldeias familiares:

- Primeiro as tribos unificadas em Império, tendo por Capital a grande Zimbabwé, onde residia o rei ou imperador, a sua família e os altos funcionários;
- Depois a Província tendo como capital a Cidade onde habitava o chefe da província (muitas vezes um rei vasalo);

— Finalmente a Aldeia, unidade de base, dirigida por um chefe de aldeia.

O chefe de aldeia — Como atrás referimos, é no quadro da aldeia que se realiza toda a produção. A aldeia agrupa uma ou várias famílias com um antepassado comum, o Muri. Cada família ocupa uma parte da aldeia que lhe é atribuída, sob autoridade do seu chefe; este é responsável perante o chefe da aldeia.

O chefe da província — A província tem por sede a Cidade; é aqui que habitam normalmente os chefes de província. Esta função não foi atribuída sempre da mesma forma. Por vezes estes chefes eram eleitos pelos chefes das aldeias; outras vezes eram nomeados pelo Mwene Mutapa por serem da sua confiança ou por pertencerem à sua família. Alguns de entre eles controlavam reinos vassallos e tinham, por isso, o título de Rei. Estes reis vassallos e chefes de província tinham de pagar o imposto anual ao Imperador, o tributo, depois de o terem exigido às comunidades aldeãs que controlavam.

O Rei ou Imperador — O Rei constituía o topo de toda a organização social. Enquanto descendente dos antepassados cumpria-lhe a função de distribuir as terras pelas comunidades aldeãs. Conquistou para si a propriedade de todas as minas, das forjas e de outros instrumentos de trabalho. Esta distribuição dava-lhe o privilégio de ter a maior quantidade de minério, que mandava trocar na costa por mercadorias, através do comércio com os Árabes primeiramente, e depois com os Portugueses.

Porque era descendente dos antepassados e porque organizava o processo de produção em geral, tinha o direito de cobrar os impostos, as oferendas, as multas, de guardar para si os prisioneiros e a pilhagem resultantes das guerras e também as rendas e os lucros do comércio externo, o que lhe

permitia reproduzir a vida social, o que era também um sinal de prestígio. Na administração do reino era assistido por vários funcionários importantes. Distinguimos entre estes o Governador dos Reinos, o Capitão Geral, o Capitão de Vanguarda do Exército, o Conselheiro, o Feiticeiro Chefe, o Apoticário do Rei e o Tesoureiro. Todos estes funcionários tinham o privilégio de controlar terras, ter vassalos e colectar impostos.

Existiam ainda outros funcionários menores, tais como os que desempenhavam o papel de embaixadores, nomeadamente junto dos Portugueses que tinham por função receber os impostos pagos por estes. Outros ainda constituíam a guarda pessoal do Rei na capital. Outros finalmente tinham a seu cargo a Justiça.

Todos os anos, o Mwenne Mutapa enviava emissários a todo o Império com o fim de assegurar o controle sobre os seus vassalos e receber os tributos.

Os comerciantes formavam um grupo privilegiado; constituíam uma camada intermediária entre o Rei e o Povo. A importância desta camada é grande numa sociedade tributária. É através das trocas comerciais que o Império pode adquirir as mercadorias de prestígio que constituem o fausto do Poder Imperial.

Estes comerciantes levavam os metais, e em particular o ouro, para a costa onde o trocavam por mercadorias trazidas pelos Árabes e mais tarde pelos Portugueses.

O Império de Monomotapa era um Estado agressor e invasor e utilizava um forte exército para conquistar os povos que submetia ao seu domínio. Daí a importância do exército nesta sociedade; alguns autores calcularam o seu efectivo em dezenas de milhares durante o auge do Império.

Os funcionários, os comerciantes, a estrutura dirigente do exército, controlavam e viviam de uma maneira ou de outra do trabalho do povo; constituíam a camada dirigente da sociedade, à frente da qual se

encontrava o Rei, que para subsistir subtraíam do trabalho das comunidades aldeãs um imposto — o Tributo. O pagamento deste Tributo apresentava-se como uma das partes da troca de serviços entre a comunidade aldeã e o Estado. Este organizava a Sociedade e oferecia os bens religiosos; a comunidade oferecia em troca o Tributo. Tal desigualdade encontrava a sua legitimação num conjunto de representações que apresentavam as trocas entre os dois grupos de actores sociais como igualitárias.

d) *As Representações Simbólicas e a Função da Religião*

As antigas crenças religiosas evoluíram de forma diferente entre os Makaranga e os Rozwi⁽³⁾. Contudo, parece terem desempenhado sempre a função de factor de integração do sistema político.

Entre os Makaranga a autoridade suprema era o Mwenne Mutapa que podia comunicar com os antepassados. Depois da morte tornava-se um Mudzimo, isto é, uma divindade adorada a nível nacional. O Mudzimo é o antepassado fundador e aparece como um Deus, que deixa o mundo dos vivos depois de ter realizado a sua obra.

Para os autoctones, os imperadores vão para o céu depois da morte, onde se transformam em Mudzimos. Então os Mudzimos são uma espécie de alma dos Imperadores defuntos. Através desta adoração dos defuntos, o parentesco, o político e o religioso aparecem como um todo integrado. O Rei é o símbolo da unidade e do bem-estar do seu povo porque é também representante da divindade.

(³) Os Makaranga e os Rozwi eram duas etnias, que através de lutas internas, alternavam entre si o poder do Império. Quando o Imperador pertencia à primeira era designado por Mwenne Mutapa; quando pertencia à segunda era designado por Xangamire, nome atribuído pelos Árabes com quem se aliavam.

Entre os Rozwi a divindade chamava-se Mwari; esta divindade manifestava-se por intermédio de trovões e de relâmpagos. O Rei era considerado de origem divina e, apenas ele, podia interpretar as mensagens de Mwari. O Rei vivo era assimilado ao antepassado Mwari, sendo, por isso o seu estado teocêntrico. A seu lado existia uma camada sacerdotal que era também uma espécie de porta-voz de Deus. Os chefes eram responsáveis pela fertilidade da terra graças aos contactos que estabeleciam com os antepassados e com os médiuns que os representavam.

Vemos assim como o Rei ou a aristocracia têm o poder de comunicar com os antepassados e, por isso, com os Deuses que são os antepassados daqueles: eis a razão do seu poder religioso. O Rei ou os chefes são responsáveis pela fertilidade da terra e pela organização da sociedade. Em troca dos serviços políticos, simbólicos e outros, cobram um imposto, o Tributo, que permite a sobrevivência da toda a camada dirigente e desta forma a reprodução do sistema político e do sistema religioso. O Tributo aparece assim como um dos componentes da troca.

Muitas vezes este Tributo era complementado ou completamente substituído por uma prestação de serviços nas terras do Rei. O mais frequente era a obrigatoriedade simultânea do tributo e da prestação de serviços. Esta prestação de serviços atinge grandes dimensões no Império Monomutapa. Enquanto na África Banto, em geral, a soma atinge apenas alguns dias por ano, naquele Império chegou a atingir sete dias por mês!

Vemos assim de que forma a religião intervém na reprodução global da sociedade. A associação dos antepassados com o Rei, permite a este último o direito de ocupar o cume da pirâmide social e ao mesmo tempo a pirâmide das funções religiosas. Enquanto descendente dos antepassados,

tem direitos especiais sobre a terra e sobre as minas.

Neste momento podemos avançar duas hipóteses para explicar o lugar/papel da religião no sistema de representações. A primeira consiste em dizer que a religião começa a intervir no sistema de representação que os homens constroem sobre as relações sociais a partir do momento em que estas representações deixam de explicar o sistema de trocas como igualitário. Isto é, a representação das trocas entre as *comunidades aldeãs* (em que o termo de troca é o Tributo, proveniente do trabalho produtivo) e o *Estado* (em que o termo de troca é a organização de vida tribal e a produção de bens religiosos) é, numa primeira fase, igualitária. A partir de um momento determinado da história, a representação das relações sociais de produção deixa de ser igualitária — é então que intervém a religião para legitimar e permitir reproduzir aquelas relações sociais de produção.

Podemos ainda avançar outra hipótese. O facto da troca incidir, num dos seus termos, sobre bens religiosos, tal facto vem permitir à religião um lugar/papel proeminente na construção e na reprodução das relações sociais fundamentais. Desta forma, o pólo Estado — Poder Real pode desenvolver uma troca, cada vez mais desigual, sem que tal facto seja contestado, já que o factor religioso estava presente desde o início.

Só um trabalho mais avançado poderia testar a validade destas hipóteses que aqui propomos.

2. O PAPEL DO COLONIALISMO MERCANTIL NO ENFRAQUECIMENTO DO IMPÉRIO

a) *As Contradições Internas do Império*

A divisão do Império em duas grandes dinastias, a dinastia Mwene Mutapa dos Makaranga e a dinastia Xangamire dos

Rozwi, provoca guerras intestinas constantes que conduzem ao seu declínio que começa por volta de 1500. Certos reinos vassallos não querem ser mais dependentes duma ou de outra dinastia e revoltam-se. Ora a natureza do Império tributário repousa sobre a dominação das comunidades sobre as quais lança o Tributo. Uma vez revoltados, estes reinos, recusam-se a pagar o imposto ao poder central. Esta situação contribuiu seguramente para o enfraquecimento do Império.

b) *O Colonialismo Português*

Este enfraquecimento do Império explica-se também pela influência nefasta dos estrangeiros que desde muito cedo lhe tentaram impor os seus interesses. Dentre eles distinguimos os Árabes que provocaram a primeira grande divisão do Império por volta de 1490, depois da morte do Imperador Matope, da dinastia Makaranga. Nesta época o Império vivia o seu apogeu e estava por isso em condições para se opor aos Árabes. A dinastia Rozwi era então a dominada e via-se por isso coagida a pagar o tributo aos Mwene Mutapas. Conhecedores desta situação os Árabes exploraram as contradições internas, apoiaram os Rozwi, atribuíram ao rei o título honorífico de Emir, que retomou a direcção do Império.

A partir daqui os Rozwi fundaram a dinastia dos Xangamires (Xanga e Emir; Xanga era o nome do rei que fundou a dinastia).

Mais tarde, já no século XVI, os Árabes são substituídos no comércio pelos Portugueses. Estes conseguem substituir os primeiros de diversas formas:

- a) pela força das armas;
- b) aproveitando as dissidências internas do Império e apoiando-se nuns contra

outros, conseguem ter o apoio dos autóctones que, desta forma, eles próprios expulsam os Árabes.

Mas os Portugueses não se contentam apenas em substituir os Árabes no comércio; querem também controlar as minas de ouro, situação que acabam por conseguir. Ainda com o fim de dominar todo o Império, iniciam a evangelização das populações a partir de 1560.

Depois de terem contraído alianças com muitos dos reinos vassallos do Monomotapa, os Portugueses conseguem isolá-lo pela força. O Mwene Mutapa vê-se finalmente coagido a enviar uma embaixada aos Portugueses em 1572, em sinal de paz e de aliança. Como consequência desta atitude, estes últimos aproveitaram, finalmente, para fazer exigências: expulsão definitiva dos Muçulmanos e liberdade para implementar a cristianização e para explorar directamente as minas.

A partir deste momento os povos do Monomotapa abandonam a fonte principal da riqueza do Império — o trabalho nas minas, levando a que o comércio também comece a decrescer.

Nós vemos como a ingerência interna dos Árabes, em primeiro lugar, e dos Portugueses, em seguida, ao nível da economia, da política e também da religião constitui um dos factores fundamentais que conduzem à queda do Império.

Parece-nos importante sublinhar a importância da ingerência ao nível da religião, porque, os Portugueses, depois de conseguirem evangelizar a aristocracia, conseguiram controlar política e economicamente o Império com maior facilidade.

Mais uma vez, reencontramos a religião a desempenhar um papel-chave no sistema de representações servindo de mediatização para o estabelecimento de uma nova hegemonia.

RÉSUMÉ

Cet article prétend montrer les interrelations / contradictions / complémentarités, dans la Société Tributaire du Zimbabwe / Monomotapa, entre la Communauté Villageoise d'une part, dont la structure fondamentale est la parenté et sa fonction sociale est la production directe des biens de production, et, d'autre part, l'Etat dont la structure est aussi la parenté, mais encore militaire et administrative et sa fonction est principalement politique et coercitive. On détache aussi le rôle fondamental de la religion.

BIBLIOGRAFIA

Teórica

- ASIATICUS (1963) — Una questione di teorica a resaminare: il modo di produzione asiatico. Roma, Rinascita.
- BALANDIER, G. (1964) — Réflexion sur le fait politique: le cas sociétés africaines. *Cahiers Int. de Sociologie*, 37.
- BALANDIER, G. (1965) — Problématique des classes sociales en Afrique Noire. *Cahiers Int. de Sociologie*, vol. 38.
- BARBÉS, R. (1972) — Les classes sociales en Afrique Noire. *Présence Afr.*
- CHESNEAUX, J.; Godelier, B.; Suret-Canale, J.; Parain, C.; Melekechvili, G.; Antoniadis-Bibicou, H. (1973) — Le mode de production asiatique, Paris: C. E. R. M.
- CORNEVIN, R. (1976) — L'Histoire de l'Afrique (Vol. 2). Paris: Payot.
- GODELIER, M. (1973) — Modes de production, rapports de parenté et structures démographiques. *La Pensée*, 172 (Nov./Dez.).
- HEUSCH, Luc de (1962) — La sacralité du pouvoir. Bruxelles: ULB.
- HEUSCH, Luc de (1962) — Le pouvoir et le sacré. Bruxelles: ULB.
- HOUTART, F. (1976-1977) — Religion et modes de production précapitalistes. Bruxelles: (Chaire Francqui — ULB).
- MEILLASSOUX, C. (1961) — Structures traditionnelles en Afrique Noire. *Cahiers d'études Africains*, 14 (IV): 2.
- ZERBO, J. (1972) — L'histoire de l'Afrique noire. Paris: Hatier.

Empírica

- ALPERS, E. (1970) — Dynasties of the Mutapa-Rozwi, *J. Afrique History*.
- BARRADAS, L. (1963) — Zimbabué do Barué. *Mem. Inst. Inv. de Moçambique*.
- MAGALHÃES-GODINHO, V. (1969) — L'économie de l'Empire Portugais aux XV et XVI siècles. Paris.
- MAUNY, R. (1958) — Notes sur le problème de Zimbabwe-Sofala. Lisboa: Studia.
- NEWITT, M. (1972) — The early history of the Sultanate of Angoche, *J. Afr. History*, 13 (3), 397-406.
- OIDTMAN, C. (1968) — O porto de Sofala e o problema do Zimbabué. *Bol. Soc. Est. Moçambique*.
- OLIVEIRA, C. (1972) — Um ensaio sobre os Tauaros do vale do Zambeze. Lisboa: Geographica.
- POLONAH, L. (1967-1968) — Possessão e exorcismo em Moçambique. *Mem. Inst. Inv. Cient. de Moçambique*.
- RANGLES, W. (1975) — L'empire do Monomotapa. Paris: Mouton.



Assinaturas:

Normal:
2 200\$00

Instituições:
3 000\$00

**RECEBA A REVISTA
EM SUA CASA ANTES
DA DISTRIBUIÇÃO
NAS LIVRARIAS**

**GARANTE O ACESSO
A UM EXEMPLAR**

**A NOSSA CONTINUIDADE
E A MELHORIA DE QUALIDADE
TAMBÉM DEPENDE DE SI**

**COMPLETE A SUA COLEÇÃO
DE**

ANALISE PSICOLÓGICA

Volume I:	Volume II:	Série I:	Série II:	Série III:	Série IV:	Série V:
N.º 1: (Esgotado)	N.º 1: (Esgotado)	N.º 1: 400\$00	N.º 1: 400\$00	N.º 1/2: 650\$00	N.º 1: 500\$00	N.º 1: 950\$00
N.º 2: (Esgotado)	N.º 2: (Esgotado)	N.º 2: 400\$00	N.º 2/3: 550\$00	N.º 3: 450\$00	N.º 2: 500\$00	N.º 2: 600\$00
N.º 3: (Esgotado)	N.º 3: 400\$00	N.º 3: 400\$00	N.º 4: 400\$00	N.º 4: 750\$00	N.º 3/4: 900\$00	N.º 3: 700\$00
N.º 4: 400\$00	N.º 4: 400\$00	N.º 4: 400\$00				N.º 4: (Esgotado)

Os números esgotados podem ser fotocopiados ao preço de 600\$00

Faça o seu pedido, enviando cheque ou vale de correio em nome de:

INSTITUTO SUPERIOR DE PSICOLOGIA APLICADA

Rua Jardim do Tabaco, 44 — 1100 LISBOA